

Conferência Sociedade Civil e pós-colonialismo: um debate sobre paradigmas
para o entendimento da América Latina

Universidade Popular dos Movimentos Sociais:
(Re)conhecer para dialogar.

Ana Maria Prestes Rabelo

Belo Horizonte, agosto de 2009.

Ana Maria Prestes Rabelo

Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência Política pela UFMG. Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Resumo: O presente artigo apresenta os marcos teóricos e contextuais que balizaram a criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. A partir de um mapeamento do desenvolvimento dos movimentos sociais em escala global nas últimas duas décadas, com ênfase no Fórum Social Mundial, faz-se uma apresentação dos princípios epistemológicos e práticos do processo de reconhecimento e diálogo que movimentos sociais e intelectuais envolvidos com a UPMS vêm se propondo a realizar. Ao final do artigo analisamos uma oficina de tradução cultural que ocorreu em Medellín na Colômbia (2007).

Palavras-chave: movimentos sociais, diálogo, tradução intercultural.

Abstract: This article presents the theoretical and contextual marks to the creation of the Popular University of Social Movements. From a panoramic view of the development of social movements on a global scale in the last two decades, with emphasis on the World Social Forum, are presented the epistemological and practical principles of the recognition and dialogue process that social movements and intellectuals involved in the PUSM have been performing. By the end of the article an analysis is made about a workshop of cultural translation that occurred in Medellín, Colombia (2007).

Key words: social movements, dialogue, intercultural translation.

Apresentação

A idéia de organizar a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) surgiu no âmbito do Fórum Social Mundial (FSM) a partir da identificação de uma ausência de conhecimento recíproco entre os movimentos sociais, organizações não governamentais e academia. Na sua gênese a distinção convencional entre educador e educando não prevalece, mas antes o encontro que objetiva a formulação de uma ecologia de saberes contra-hegemonicos e a constituição de uma nova cultura política emancipatória.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, duas razões são fundamentais para criar um diálogo intercultural entre os movimentos. A primeira é o enfrentamento de uma situação criada pelo capitalismo, que conseguiu produzir idéias revolucionárias em contextos reacionários, como as universidades e centros de investigação tradicionais. Os movimentos populares e o conhecimento popular são deixados propositadamente de fora, qualificados como não cumpridores dos quesitos necessários para desfrutar do meio acadêmico. A segunda razão reside no fato de que cada movimento social cria seu próprio conhecimento, a partir das suas ações, das suas práticas, da formulação de suas estratégias. Criar a inteligibilidade, através de um processo de tradução intercultural, entre os diferentes acúmulos, cognitivos ou práticos, tem sido a proposta dos idealizadores para a produção do reconhecimento e do desejável dialogo entre os atores.

Ao final deste artigo analisamos uma oficina de tradução cultural que ocorreu em Medellin na Colômbia (2007), que tinha como participantes os movimentos identitários ASCOBA (Asociación de Consejos Comunitarios del Bajo Atrato) e Comunidad de Paz de San José de Apartado; os movimentos de mulheres RUTA Pacifica de las Mujeres, AMOR (Asociación de Mujeres del Oriente Antioqueño), Cabildo Indígena Chibcariwak e as organizações sindicais, Central Unitária de Trabajadores – CUT, Escuela Nacional Sindical – ENS e a CONFIAR (Cooperativa Antioqueña), além de acadêmicos da Universidad de Antioquia e de ONGs como a Viva la Ciudadania.

O método de tradução cultural foi colocado à prova como um princípio político-pedagógico que busca o desenvolvimento de um diálogo entre diversas organizações e movimentos sobre seus conhecimentos, experiências e lacunas, com a mediação e o diálogo dos representantes da academia. As perguntas que fizemos ao analisar a oficina foram: foi possível criar zonas de convergências? Os diferentes grupos foram capazes de transmitir seu contexto e suas práticas? Foi possível alcançar uma imaginação coletiva na elaboração de estratégias comuns de emancipação social?

A idéia de organização da UPMS surgiu em 2003 durante a realização da terceira edição do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre. O ponto de partida foi a identificação de uma ausência de conhecimento recíproco entre os movimentos sociais, organizações não governamentais e academia. Seu objetivo, segundo Boaventura de Sousa Santos, um dos idealizadores, é proporcionar a auto-educação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, cientistas sociais, investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista. O que se pretende é criar um novo tipo de relação entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento dando possibilidade à geração de uma ecologia de saberes, frente a uma monocultura do conhecimento científico.

A formação pretendida pela UPMS é dupla. Por um lado, formar ativistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objetivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo direto com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras.

A UPMS funciona basicamente sob a forma de oficinas ou de workshops com a participação de ativistas e líderes de movimentos sociais e cientistas sociais/intelectuais/artistas. Além das oficinas no decorrer de sua existência pretende-se criar uma rede de geração de conhecimentos plurais a partir de temas e problemas considerados relevantes, mas sobre os quais há pouco conhecimento e compreensão. Todo este trabalho tem sido feito com base na metodologia da tradução inter-cultural, aumentando a inteligibilidade recíproca entre movimentos, organizações e cientistas de várias partes do mundo.

Globalização Hegemônica x Globalização Contra-hegemônica

A UPMS surgiu em um período de tensão entre um projeto hegemônico de globalização neoliberal e a resistência a este processo que aqui denominamos de globalização contra-hegemônica. Um dos autores contemporâneos que mais tem contribuído no exercício de decifrar as características da globalização hegemônica e da sua resistência contra-hegemônica é o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, um dos inspiradores do projeto da UPMS.

Santos identifica processos hegemônicos e contra-hegemônicos como componentes da globalização neoliberal. As forças representadas em cada um desses processos são as responsáveis pelo conjunto de tensões e disputas características do momento atual. As forças impulsionadoras da globalização hegemônica têm um centro nos países centrais do capitalismo que formam um bloco juntamente com agências financeiras e empresas multinacionais. Suas principais diretrizes estão expressas no Consenso de Washington (Estado fraco, democracia liberal, primazia do direito, ocidentalização cultural) (SANTOS, 2001, p. 33).

Para este corpo difuso de forças que impulsionam a globalização hegemônica há várias denominações como Nebulosa Global (COX, 1997, p. 60) ou Governança global. Este último tem sido mais utilizado para identificar as formas de regulação em escala global que tem se desenhado além da

engenharia institucional convencional do Estado nacional e das relações internacionais. De forma bastante ilustrativa Richard Cox chama de “nebulosa” a aparência da “governança global”. Esta nebulosa seria constituída de uma elite agregada através de uma rede frouxa, com influentes agências e idéias comuns, cumprindo coletivamente a função de um governo. Em outras palavras, não existiria um processo formal de tomadas de decisões. Existiria, isto sim, o estabelecimento de um sistema complexo de redes inter-relacionadas com uma ideologia econômica comum, que injetaria seus resultados consensuais dentro de processos nacionais de tomada de decisões. Esta “nebulosa” seria, ao mesmo tempo, externa e interna aos Estados, capaz de moldar políticas estatais e estar largamente desobstruída de controle democrático e sistema de prestação de contas.

O Fórum Econômico Mundial – cujo contraponto deu origem ao Fórum Social Mundial - é um dos pontos de encontro desta “nebulosa”, que precisa de espaços como este para consolidar sua agenda. Frente à esta agenda hegemônica se conformam espaços alternativos que reagem e propõe agendas alternativas. O Fórum Social Mundial tem tentado fazer isto ao longo de nove anos de existência.

Fórum Social Mundial

Ao final da década de 90 surge um conjunto de movimentos e fóruns internacionais no campo da globalização contra-hegemônica, são os chamados movimentos antiglobalização ou pela democratização da globalização que realizam manifestações simultâneas às reuniões da OMC (Organização Mundial do Comércio), BM (Banco Mundial), G8 (Grupo dos oito países mais ricos do mundo) e FMI (Fundo Monetário Internacional). As ações destes movimentos guardam estreita relação com a ação dos movimentos sociais dentro de espaços públicos nacionais, qual seja a agregação de atores sociais com o objetivo de impedir a ação de atores antagônicos, uma forma clássica de movimentos como o operário e o feminista da primeira metade do século XX. Segundo Emir Sader:

Os rebeldes da mundialização recuperam em Seattle a dimensão internacional da luta atual e abrem caminho para a consolidação de um novo projeto hegemônico (SADER, 2001, p. 141).

Como decorrência do processo de refinamento dos movimentos antiglobalização surge o Fórum Social Mundial, que se configura como uma tentativa de articulação entre entidades globais e locais contra-hegemônicas. O Fórum demonstrou desde o princípio um potencial de catalisar as lutas pela democratização da globalização, privilegiando os debates em torno de questões como o desenvolvimento sustentável, a criação de mecanismos democráticos de gestão global e a constituição de bases para um comércio internacional mais justo. O Fórum também anunciou, desde o princípio, o intuito de contrapor e influenciar o encontro de referência do processo de globalização hegemônica que é o Fórum Econômico Mundial realizado na cidade suíça de Davos. A sua capacidade de mobilização e de definição de agenda se demonstrou impressionante, na medida em que conseguiu reunir em um mesmo local¹ um conjunto diverso e plural de atores com o objetivo de protestar contra uma reunião (Fórum Econômico Mundial) organizada pelas forças hegemônicas da globalização e de elaborar uma agenda paralela de globalização.

Cada edição do FSM foi marcada pelas especificidades do momento e pelo crescimento numérico e organizativo do movimento. O I FSM, Porto Alegre 2001, contou com 18 mil participantes e teve a cara da novidade e da esperança de vitórias concretas sobre a globalização neoliberal, como em Seattle contra a OMC. O II FSM, Porto Alegre 2002, contou com 51 mil participantes e teve como marca central a resposta dos movimentos sociais à ofensiva conservadora estadunidense pós 11 de setembro com a criminalização dos movimentos sociais. O III FSM, Porto Alegre 2003, contou com 100 mil participantes e teve como principal expressão a organização da luta mundial contra a instalação da

¹ O Fórum de Porto Alegre em 2005 reuniu 155 mil pessoas de 151 países. Fonte: www.forumsocialmundial.org.br

Guerra no Iraque, culminando com o êxito das manifestações simultâneas de 15 de fevereiro em várias partes do mundo².

Após três exitosos encontros em Porto Alegre, o Conselho Internacional do FSM aprova a realização do IV FSM na Índia. Com a participação de mais de 100 mil pessoas, sendo 74.126 oficialmente inscritas, 60.224 indianos e 13.902 estrangeiros, ocorreu entre 16 e 21 de janeiro de 2004, o IV Fórum Social Mundial, na cidade de Mumbai, antiga Bombaim, na Índia. Segundo uma pesquisadora indiana, Shivani Chaudhry, o primeiro impacto do IV FSM foi causado pela abismal diferença entre a cidade de Mumbai e Porto Alegre:

Porto Alegre era limpa, desenvolvida, refrigerada com ar condicionado. Mumbai era caótica, poeirenta, quente. Porto Alegre era rica. Mumbai era pobre. Porto Alegre era gentil. Mumbai era brutal. Porto Alegre era mais polida. Mumbai era mais rude. Ambas propiciaram intensos e excelentes eventos. Ambas são memoráveis, de maneiras diferentes (CHAUDHRY, 2004, p. 1).

Em 2005 o FSM retorna a Porto Alegre. A marcha de abertura contou com cerca de 200 mil participantes e se cadastraram oficialmente para o evento, 155 mil pessoas, 6872 organizações, de 151 países. O encontro foi marcado pela grandiosidade, pela participação de líderes da América Latina, como Chavez e Lula e pela implementação de uma nova metodologia para o evento. Ocorreu no encontro uma guinada importante no sentido da burocratização do encontro e no privilégio à discussão da forma em detrimento das discussões programáticas e de conteúdo que marcaram as edições anteriores.

A nova realidade da América Latina e a inspiração contra-hegemônica que esta representa ao resto do mundo no último período também foi marcante

² “Protestos contra uma ação militar dos EUA no Iraque reuniram ontem milhões de manifestantes em cerca de 60 países, marcando ação global inédita, articulada principalmente via Internet, foi a maior mobilização antiguerra da história. Segundo agências internacionais, ao menos 5 milhões de pessoas foram às ruas. Os maiores atos ocorreram na Espanha, na Itália e no Reino Unido, nações cujos governos apóiam os objetivos bélicos americanos. Barcelona reuniu 1,3 milhão de militantes; Roma, 1 milhão; e Londres, 750 mil. Em Berlim, mais de 600 mil ativistas ergueram cartazes contra a guerra. Em Paris, cerca de 250 mil marcharam. Nos EUA, a principal passeata, com 250 mil pessoas, ocorreu em Nova York” (Folha de São Paulo, 16/02/2003).

no Fórum Policêntrico de 2006, que ocorreu na Venezuela, Mali e Paquistão. Em 2007 o FSM se muda para Nairobi, no Quênia, e todas as dificuldades esperadas da realização de um evento como o Fórum na África são colocadas à prova. Em 2008 um novo formato foi testado, o encontro presencial centralizado em uma cidade deu lugar ao Dia de Ação Global, com atividades simultâneas em todos os cantos do planeta.

Em 2009, o FSM ocorreu em Belém e estima-se um trânsito de cerca de 150 mil pessoas pelo território do Fórum Social Mundial 2009. Segundo os organizadores, um total de 133 mil pessoas se inscreveram, provenientes de 142 países. Destes, 15 mil se credenciaram para o acampamento da juventude, 1300 eram índios (de 50 países) e três mil eram crianças credenciadas na tenda Curumim-Erê. No geral, contando-se trabalhadores voluntários, tradutores, expositores, artistas, equipe técnica e organizadores chega-se ao número de 150 mil.

O FSM 2009 começou exatamente uma semana após a posse de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos. As duas posses de Bush na presidência norte-americana também coincidiram com os Fóruns de 2001 (Porto Alegre) e 2005 (Porto Alegre) e é digna de nota a diferença do impacto gerado pelas posses de Bush, especialmente a de 2005 na dinâmica do Fórum, e os difusos e contraditórios comentários sobre a assunção de um negro à presidência, o que é inédito num país tradicionalmente racista como são os Estados Unidos.

Três agendas conseguiram despontar no encontro, apesar da flagrante dispersão e fragmentação do evento. Amazônia e os povos indígenas e sua concepção de “bem viver”; a luta contra a guerra imperialista e pela paz, em especial na Palestina; e a alternativa dos povos diante da crise do capitalismo e do neoliberalismo, destacadamente a integração continental e o debate sobre o socialismo do século 21 na América Latina.

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais

O Fórum Social Mundial, ao longo de nove anos de existência conseguiu, entre outras coisas, expressar as aspirações, os métodos e os limites da ação conjunta de organizações e movimentos que se identificam com a resistência e negação da globalização neoliberal. Cada evento do FSM, ao ser avaliado, pelos seus participantes e observadores externos, era apontado como mais ou menos rico na expressão de diferentes práticas desta resistência.

Assim, o FSM de Mumbai (2004) é muito elogiado como o que melhor expressou a diversidade de movimentos, muitos deles assentados em fontes cognitivas não ocidentais. Enquanto os primeiros eventos, em Porto Alegre (2001, 2002), foram bastante criticados pelo formato quase acadêmico, dentro da tradição ocidental, de organização das comunicações dos participantes e seus movimentos.

Atualmente, o FSM e seus organizadores enfrentam alguns desafios na afirmação das perspectivas futuras de um processo que já se desdobrou em diversas formas de expressão. Desde encontros locais, regionais e temáticos a redes e coletivos de movimentos que o FSM propiciou e que já criaram pernas próprias. Walden Bello, diretor da Focus on the Global South, uma das organizações que vem participando do FSM desde o seu princípio, questionou recentemente:

Será o FSM ainda o veículo mais apropriado para a nova etapa de lutas por justiça global e movimentos pela paz? Ou, tendo preenchido sua função histórica de agregar e conectar os diversos movimentos altermundialistas gerados pelo capitalismo global, será tempo para o FSM dar caminho para novas formas de organização global da resistência e transformação? (Tradução livre)³

³ Is the WSF still the most appropriate vehicle for the new stage in the struggle of the global justice and peace movement? Or, having fulfilled its historic function of aggregating and linking the diverse countermovements spawned by global capitalism, is it time for the WSF to fold up its tent and give way to new modes of global organization of resistance and transformation? In: BELLO, Walden. **The Forum at the Crossroads**. Foreign Policy in Focus. Maio, 2007. Disponível em <http://www.fpif.org/fpiftxt/4196>.

Independentemente das respostas que ainda serão dadas a esta pergunta, o fato é que o próprio FSM gerou seu avanço ao promover a conexão dos diferentes movimentos sociais e dar-lhes a possibilidade de construir um diálogo inter-temático. Segundo Boaventura de Sousa Santos, em uma comunicação durante o Fórum Social Mundial de Nairobi (2007), o FSM lançou uma questão aos movimentos sociais: a de que não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva global. O que, por sua vez, apresenta a necessidade premente de produzir práticas mais democráticas de conhecimento para criar as possibilidades de fortalecer ações políticas coletivas entre os diferentes movimentos e continentes.

Ainda segundo Boaventura de Sousa Santos, há duas razões fundamentais para criar um diálogo intercultural entre os movimentos. A primeira é o enfrentamento de uma situação criada pelo capitalismo, que conseguiu produzir idéias revolucionárias em contextos reacionários, como as universidades e centros de investigação tradicionais. Os movimentos populares e o conhecimento popular são deixados propositadamente de fora, qualificados como não cumpridores dos quesitos necessários para desfrutar do meio acadêmico. Deste modo, os conhecimentos revolucionários ficam estéreis, pois, mesmo que progressistas, ao serem isolados dos movimentos não valem de nada, não são transformadores em si mesmos. Por outro lado, os movimentos populares também criam uma couraça anti-conhecimento científico. São dois fundamentalismos a serem desconstituídos, o fundamentalismo por parte dos movimentos anti-conhecimento científico e por parte dos cientistas um fundamentalismo anti-conhecimento popular.

A segunda razão reside no aprendizado de que cada movimento social cria seu próprio conhecimento, a partir das suas ações, das suas práticas, da formulação de suas estratégias. Feministas, ecologistas, indígenas, trabalhadores, camponeses, cada um dos diferentes temas que agregam lutadores sociais acaba criando sua própria linguagem e conceitos. Alguns usam o termo emancipação, outros preferem dizer libertação. Conceitos como socialismo ou comunismo são polêmicos, embora ditos de outras formas

acabem expressando as mesmas aspirações por uma sociedade mais justa. Se ao fim e ao cabo estão todos unidos em uma luta por um outro mundo possível, é preciso encontrar uma maneira propícia de gerar conhecimento mútuo entre os diferentes movimentos.

A técnica de tradução intercultural é a proposta adotada pelos idealizadores da UPMS para criar esta inteligibilidade necessária sem destruir a autonomia dos movimentos, suas linguagens próprias e conceitos, observando o que os divide e o que os une para tentar organizar ações coletivas. Segundo Boaventura de Sousa Santos, muitas vezes o que separa os movimentos não são questões de conteúdo, mas antes de linguagem, de diferentes tradições históricas e culturais de luta.

Foi neste espírito e com estas preocupações que uma série de entidades participantes do FSM decidiram, durante o Fórum de 2003 em Porto Alegre criar um instrumento de formação conjunta de ativistas e dirigentes dos movimentos sociais e de cientistas sociais, investigadores e artistas. O nome universidade popular, segundo Santos, foi dado

não tanto para evocar as universidades operárias que proliferaram na Europa e na América Latina no início do século XX, mas, antes, para transmitir a idéia de que, depois de um século de educação superior elitista, uma universidade popular é necessariamente uma contra-universidade (Santos, 2005, p. 136).

O ponto de partida da UPMS está ancorada na tese frieiriana de que “ninguém sabe tudo; ninguém ignora tudo; aprende-se em comunhão”. A distinção convencional entre educador e educando não prevalece, mas antes o encontro que objetiva a formulação de uma ecologia de saberes contra-hegemonicos e a constituição de uma nova cultura política emancipatória. Os cientistas sociais são um dos maiores alvos desta experiência, por não terem conseguido até então conhecer e valorizar a grande riqueza da produção de conhecimentos novos no seio dos movimentos sociais.

A conquista de uma inteligibilidade recíproca parece ser fundamental para se alcançar o propósito de sistematizar experiências, propostas, iniciativas e reflexões dos movimentos sociais e organizações que convivem e são parceiras nos fóruns sociais e outras arenas da sociedade civil global. Os diversos movimentos indígena, ecológico, feminista, sindical, de juventude, cultural se apresentam de forma segmentado nestes espaços e perdem muitas oportunidades de construir reflexões e ações conjuntas por ausência de reconhecimento e diálogo. Vencer esta ausência de comunicação e o desperdício de oportunidades gerada por ela é uma das metas da UPMS.

Implementação da idéia – oficina de Medellin

Em 2007 ocorreu em Medellin na Colômbia uma oficina de tradução cultural que exemplifica, em termos práticos, as idéias que conduziram a criação da UPMS. O método de tradução cultural foi colocado à prova como um princípio pedagógico que busca o desenvolvimento de um diálogo entre diversas organizações e movimentos sobre seus conhecimentos, experiências e lacunas. A oficina teve como objetivo experimentar o método da tradução cultural entre movimentos de um mesmo setor, que tiveram origem e desenvolvimento em contextos diferentes, e também entre movimentos de diversos setores. O ponto de convergência criado para estabelecer o diálogo foi a compreensão de cada movimento sobre os direitos fundamentais.

Durante a oficina o método da tradução foi trabalhado não como uma técnica apenas e sim como um trabalho dialógico e político que tem como objetivo criar zonas de convergência entre os movimentos. A base da tradução está no esforço argumentativo que cada grupo faz para apresentar seu contexto e suas práticas, tendo como pressuposto a incompletude de seus valores e experiências. Buscando abrir seu horizonte para novas perspectivas em diálogo. Ao argumentar e se abrir para a argumentação do outro, os diferentes grupos se permitem uma imaginação coletiva sobre formas complexas de busca da emancipação social.

Para construir as condições deste diálogo alguns passos tiveram que ser perseguidos durante a oficina de Medellín e que constituem um exemplo do funcionamento da UPMS. Primeiramente, a geração da confiança intramovimento e entre movimentos, buscando reconhecer a memória histórica interna e a do outro. Em segundo lugar, realiza-se um processo de identificação de conhecimentos comuns e diferenças cognitivas, os representantes de cada movimento apresentam as similaridades e os distanciamentos na sua forma de luta e dos motivadores das mesmas.

Em seguida faz uma identificação das zonas políticas comuns e as diferenças entre as organizações. Os representantes dos movimentos apresentam as similaridades e as diferenças na forma de ação política e na forma organizativa, seja em termos de identidade, localização geográfica, cultura política. Por fim, visibilizam-se as ausências e as emergências na construção de uma agenda de lutas que evidencia os pontos de convergência políticos, sociais e culturais.

Esta metodologia foi colocada em prática durante o encontro de Medellín, que tinha como atores os movimentos identitários ASCOBA (Asociación de Consejos Comunitarios del Bajo Atrato) e Comunidad de Paz de San José de Apartado; os movimentos de mulheres RUTA Pacífica de las Mujeres, AMOR (Asociación de Mujeres del Oriente Antioqueño), Cabildo Indígena Chibcaríwak e as organizações sindicais, Central Unitária de Trabajadores – CUT, Escuela Nacional Sindical – ENS e a CONFIAR (Cooperativa Antioqueña) e alguns intelectuais, tais como o professor Boaventura Santos, Pablo Emilio Angarita e Fabio Barragán.

Cada entidade se apresentou e em seguida foi realizado um debate com o apoio de alguns mediadores. A riqueza do encontro fez com que fossem visibilizadas as convergências entre os movimentos, as divergências e a percepção dos movimentos ausentes e que poderiam contribuir na oficina. Vieram à tona também uma série de reflexões sobre o papel e os desafios da UPMS e do método de tradução cultural. Segundo o professor Boaventura, que

participou da oficina e tem suas reflexões citadas na sistematização da mesma, o que fica notório nestes encontros é que os movimentos tem muito saber acumulado, mas tem se comunicado muito pouco. A grande dificuldade está na percepção que cada grupo tem de que sua luta é a mais importante e não vê sentido na luta do outro, daí a necessidade de conhecer e reconhecer o outro para dialogar e construir algo concreto.

As perguntas feitas ao analisar a oficina foram:

a) Foi possível criar zonas de convergências?

No primeiro momento da oficina, quando as entidades se apresentam para o coletivo ali conformado, chamam a atenção algumas características das falas. Os relatos tentam fundamentar a origem do movimento em fatores estruturais e não conjunturais, ou seja, aqueles movimentos estão fundados no antagonismo à essência da estrutura que combatem, não existem para confrontar alguns problemas conjunturais. Poucos se referem a um “nós” ou a uma parceria com as outras organizações presentes na oficina. Várias organizações relatam o problema da discriminação de gênero no seu interior. Neste primeiro momento as zonas de convergência são percebidas entre as organizações afins, como as comunidades negras e indígenas que se unem contra projetos concretos como a da plantação de palma, a central sindical e a escola nacional de estudos sindicais e as ONGs com as cooperativas unidas na elaboração de alianças estratégicas.

Com o desenrolar da atividade foi possível identificar a convergência em torno de alguns temas que ficaram delineados como fundamentais. O direito à autonomia, essencial para os sindicatos e a “comunidade de paz”. A construção de projetos cooperativos ressaltou a convergência entre sindicatos e cooperativas. O direito à vida e à paz. O direito à igualdade e à não discriminação. O direito à soberania territorial, cultural e política. Sentimento de solidariedade também é um fator que delinea as zonas de convergência entre os movimentos, assim como os princípios do direito à participação e à democracia.

Por fim, a identificação da questão do conflito armado como tema comum a todas as entidades e intelectuais envolvidos na oficina configurou uma forte zona de convergência.

- b) Os diferentes grupos foram capazes de transmitir seu contexto e suas práticas?

Aqui cabe apontar algo que foi identificado na oficina e que está relacionado com a auto-exposição de cada organização. Apesar de que todos buscaram encontrar os pontos de convergência, a maioria tentou buscar a recuperação de sua própria experiência.

No entanto, foi notório que em alguns temas mais sensíveis, como a da concepção de território e relação com a terra, a natureza e a concepção de desenvolvimento; concepção de corpo e poligamia; relação com grupos armados na Colômbia; as organizações não estavam completamente a vontade para expor suas opiniões. Indicando que muito trabalho ainda deve ser feito no sentido de gerar confiança entre os movimentos.

- c) Foi possível alcançar uma imaginação coletiva na elaboração de estratégias comuns de emancipação social?

O tema comum a todos na oficina é a questão do conflito armado. Neste sentido, segundo Boaventura durante a oficina, a grande aliança entre os movimentos na Colômbia poderia ser em torno da luta pela paz. Mas, na verdade houve pouco avanço no sentido de inovar as propostas de estratégias comuns, prevaleceu o modelo sindical de agenda. Principalmente porque a questão central que prevaleceu ao se elaborar as estratégias foi a do trabalho e não tanto a do enfrentamento da luta pela paz, como sugeria o desenrolar da oficina. Este é um sinal de que apesar de haver fortes zonas de convergência ainda há muito a ser feito no sentido de estimular as organizações a romperem as agendas convencionais e buscarem novas alianças e novos formatos de estruturação das lutas por emancipação social.

Conclusão

A UPMS é uma das ferramentas de formação de um bloco contra-hegemônico no cenário mundial. A busca do entendimento e da formação de convergências não é algo novo no cenário político mundial, mas pode ser nova a forma de fazê-lo nos dias atuais. A construção de diversos consensos em torno da condenação do modelo hegemônico neoliberal, através de encontros como do FSM, não garantiu a criação de uma inteligibilidade e reconhecimento global entre as diferentes frentes de luta. O reconhecimento entre os diferentes atores e suas potenciais convergências ainda precisam ser dadas.

As ciências sociais e a academia tem na UPMS uma dupla chance de se abrir para a sociedade e os movimentos sociais e conhecer os saberes que se produzem além dos muros universitários. A quebra de barreiras cognitivas e culturais parece ser um pressuposto para o reconhecimento inter-movimentos e entre movimentos-academia. O diálogo e as convergências só serão possíveis com o reconhecimento que exige um esforço recíproco. A consolidação de um projeto contra-hegemônico não parece factível sem a construção de uma democracia cognitiva global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. *Universidade Popular dos Movimentos Sociais: Reinvenção da emancipação a partir de uma proposta local*. <www.universidadpopular.org>

CHAUDHRY, Shivani. *WSF 2004 - What someone felt*. (18.02.2004)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_chaudhry_2004_in>

COX, Robert. Democracy in hard times: economic globalization and the limits to liberal democracy. A. Mc Grew (eds.). *The Transformatio on Democracy?* Cambridge: Polity Press, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Universidade Popular dos Movimentos Sociais: Breve história de um sonho possível*. <www.universidadpopular.org>

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: TADDEI, E. & SEOANE, J. (ORGS.) *Resistências Mundiais de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização –fatalidade ou utopia?* Porto: Ed. Afrontamento, 2001, pp. 31-105.

_____. “A Universidade Popular dos Movimentos Sociais” in *A gramática do tempo*. Cortez: São Paulo, 2003.

RABELO, Ana Maria Prestes & FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon. (Re)conhecer para dialogar: A Universidade Popular dos Movimentos Sociais como um Projeto Educativo Emancipatório.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

Relato da oficina de Medelin na Colômbia:
<http://www.universidadepopular.org/media/relatos%20oficinas/Relato%20da%20oficina%20em%20Medellin-Colombia%2029%20e%2030%20set%202007.pdf>